CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N.º /2016

(**Do Sr. Arnaldo Faria de Sá**)

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a inclusão de aulas de Educação Financeira na grade curricular do Ensino Básico.

Senhor Vice-Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater sobre a inclusão de aulas de Educação Financeira na grade curricular do Ensino Básico, com os seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Educação
- Representante do Conselho Nacional de Educação
- Reinaldo Domingos – Presidente da Associação Brasileira de Educadores Financeiros - ABEFIN
- Claudia Forte – Superintendente da AEF Brasil

JUSTIFICATIVA

No Brasil, a ausência de cultura sobre como administrar o dinheiro de forma saudável e sustentável é evidenciada historicamente. Em parte, isso é fruto das inúmeras crises enfrentadas, mas o fato é agravado por este ser um país capitalista, com hábitos voltados para o consumo imediatista, não para a poupança planejada.

Os dados indicam que o brasileiro não poupa, e sim se endivida. Mais da metade da população está endividada, isto é, gasta mais do que recebe. Como consequência, os índices de inadimplência no Brasil são muito altos. Apenas uma pequena parcela da população é investidora e consegue poupar parte dos recursos que recebe durante a vida.

Para a população, é impreenchível conscientização para utilizar de forma sustentável o dinheiro que passa por suas mãos ao longo da vida, especialmente para que tenha autonomia financeira para utilizar o crédito disponível no mercado a seu favor, respeitando o seu padrão de vida e as suas possibilidades.

Felizmente, a educação financeira, hoje, é considerada essencial para a nova geração de brasileiros, e o tema está presente em salas de aulas de milhares de escolas particulares em todo o país. Nas escolas públicas, entretanto, o tema ainda é uma novidade, mas sabemos que é importante que crianças de todas as classes sociais e condições financeiras sejam educadas financeiramente.

Tanto que muitos jovens que acessam o mercado de trabalho e recebem o seu primeiro salário, gastam todo o valor e logo se tornam endividados e inadimplentes. É nítido que, mesmo após ganhar experiência profissional e salários melhores, o comportamento se mantém. Poucos são os jovens – e adultos – que estabelecem seus propósitos, sonhos, desejos e objetivos de vida, o que agrava ainda mais a situação.

A educação financeira não está embasada em uma ciência exata, e sim em uma ciência humana, que lida diretamente com comportamentos e hábitos em relação ao uso do dinheiro. Hoje, se observa a necessidade de uma verdadeira quebra de paradigma em relação ao tema, reconhecendo que ele não está diretamente ligado à matemática, economia, atuárias ou estatísticas, e sim a costumes, comportamento e hábitos culturais.

A implementação da disciplina de educação financeira nos currículos escolares é necessária, portanto, para romper o ciclo atual e iniciar um novo, com cidadãos capacitados para tomar decisões assertivas em relação ao uso do dinheiro. Esse ensinamento começa na escola, com crianças a partir de três anos, que estão na fase do aprendizado de hábitos saudáveis, por meio de ensinamentos lúdicos e firmados em conceitos pedagógicos de excelência.

A consolidação da educação financeira como algo a ser trabalhado não apenas com crianças e jovens, mas também com adultos, é tão evidente que já existe no Brasil cursos profissionalizantes sobre o tema, como especialização e pós-graduação em educação financeira. Em concomitância, desde 2012, a Associação Brasileira de Educadores Financeiros (Abefin) atua na busca pela regulamentação da atividade de educador financeiro no país.

O próprio Governo Federal já sinalizou a importância do tema, iniciando em 2010 a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e criando um comitê que elaborou um material de educação financeira para os ensinos médio e fundamental.

Na iniciativa privada, a Metodologia DSOP de Educação Financeira se destaca por educar anualmente mais de meio milhão de crianças, com o objetivo de melhorar a vida de cada uma delas e de suas famílias, o que gera, de forma orgânica, mudanças positivas na comunidade, no bairro, na cidade e, consequentemente, no país.

Está nas mãos de todos nós, especialmente dos governantes, interferir positivamente no destino das gerações futuras.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2016.

Deputado Arnaldo Faria de Sá
PTB/SP